

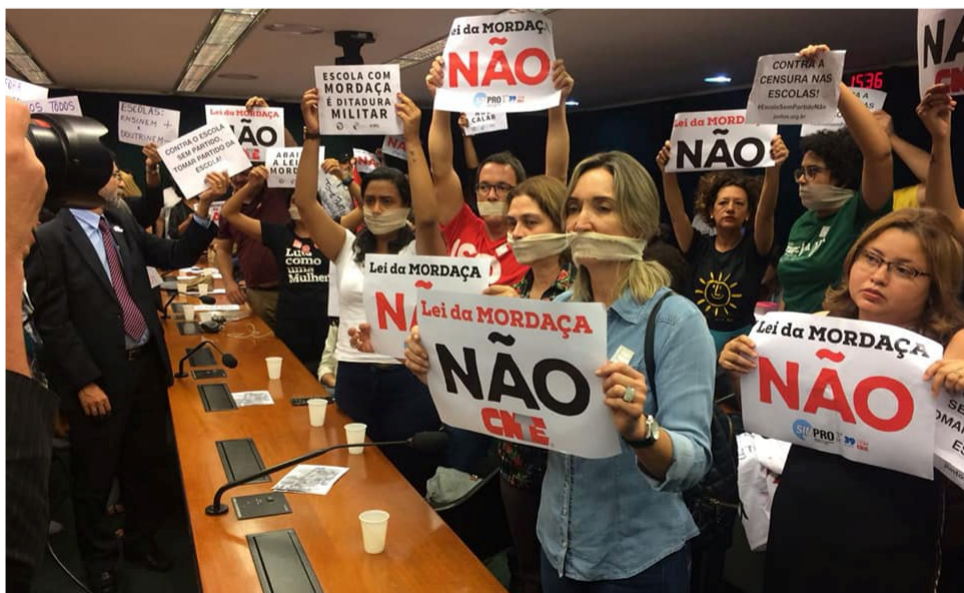


# SINDICATO NA LUTA

## FASUBRA NA LUTA PARA GARANTIR OS DIREITOS DOS SERVIDORES NA LDO



PÁGINA 5



«ESCOLA SEM MORDAÇA» É  
TEMA DE REUNIÃO PÁGINA 4

# AGORA É GREVE

EDITORIAL

PÁGINA 3



g ê n e r o

# ESCOLA SEM PARTIDO, DEMOCRACIA E GUERRILHA

**HELENA VIEIRA**

*Helena é travesti, transfeminista, pesquisadora de Teoria Queer, É educadora do [SSEX BBOX] e colunista do Brasil Post e também de 'Os Entendidos', blog parceiro da Revista Fórum.*

O crescimento dos setores conservadores e do populismo autoritário se dá em um momento de crise, tanto no Brasil, quanto no mundo. Crise do capitalismo, do globalismo liberal, da social-democracia. Há uma infinidade de nomes para essa crise. No Brasil, a escalada conservadora se acirra com a crise política. Não é sua causa, mas foi ingrediente no bolo que sustentou o impeachment e tornou possível.

Grupos como o MBL foram capazes de, em relação ao senso comum, operar uma espécie de grande convergência à direita conectando setores militaristas, anti-direitos humanos, liberais, religiosos e anti-petistas de modo geral, fazendo uso, não dos debates econômicos, mas da oposição ao governo petista, antes do impeachment, e após ele, o apelo a moralidade e a um conjunto de pautas culturais conservadoras, dentre elas, a defesa radical do Projeto Escola Sem Partido. E é sobre isso que pretendo falar.

O Escola Sem Partido funda-se na noção de que há

uma doutrinação política e ideológica nas escolas e universidades brasileiras, tal doutrinação, teria como objetivos arregimentar crianças para a "esquerda política", perverter a "neutralidade da ciência" e se opor à "naturalidade da família tradicional", implantando a ideologia de gênero nas escolas. É sobretudo com base nos argumentos acerca da ideologia de gênero que os defensores do Escola Sem Partido conseguem impor sua agenda à população em geral.

A ideia de uma doutrinação comunista não assusta aos mais simples e aos desinformados tanto quanto a ideia de que seus filhos estarão expostos a todo tipo de perversão sexual, confusão de gênero e não saberão mais o que vão ser. As pessoas se preocupam com seus filhos e aceitam estes discursos.

Ideologia de Gênero é uma ideia, sem absolutamente nenhum embasamento científico (em nenhuma ciência) parido no seio da Igreja Católica e tem se popularizado de forma assustadora, convertendo-se em verdadeiro instrumento de guerra cultural e política

Reúne ignorância, pânico

moral, verossimilhança e funciona como uma arma absolutamente poderosa, e que, 20 anos depois de sua primeira aparição em um documento da Igreja já está nos parlamentos de cada cidade e Estado, pequeno ou grande em mais de 50 países. Espalhada por think tanks, ligada a setores ultraconservadores da Igreja Católica, construída, não apenas como forma de combater as proposições feministas e LGBTs, mas como um instrumento de recentralização religiosa, agora é instrumentalizada por conservadores religiosos e não religiosos.

Diferente do que foram as campanhas anti-gay dos EUA ou anteriores aos anos 90, o dispositivo da "ideologia de gênero" é um organismo completo, reúne sob o mesmo signo tanto o comunismo, o marxismo, a teoria queer, o feminismo radical, Butler, Marx e Beauvoir e tem sido um dos principais estandartes de avanço da direita.

É muito mais fácil mover as pessoas contra um grupo que elas pensam querem fazer mal a seus filhos do que movê-los por um debate econômico.

A operação retórica dos que criaram essa ideia, ao

mesmo tempo que opera criando pânico, medo e tornando o terreno cada vez mais duro para as políticas de igualdade de gênero e orientação sexual, anulam as possibilidades de resposta ou de argumentação:

Se apresentamos dados da ONU, eles dirão que é uma organização controlada pela Agenda de Gênero, o mesmo com os acadêmicos, com as universidades, com os jornais, com os livros. Não há fonte ou referência ou dado capaz de confrontá-los.

É um instrumento de medo, fundado em distorções profundas. Não resiste ao debate acadêmico e por isso foge dele.

Para vocês terem uma ideia, já nos anos 90, falava-se em um alerta para que parlamentares cristãos fizessem oposição ao que eles nomearam de ideologia de gênero. Em 98 já falavam, em um documento da Igreja, em Escola Sem Partido, mas com outro nome, dizem que o feminismo e a "agenda de gênero": queriam transformar as escolas em "campos de reeducação", já falavam em doutrinação.

A censura que enfrentamos hoje tem sido gestada há muito tempo.

É isso. Eles nos puseram

# e d i t o r i a l

# AGORA É GREVE

O presente editorial, escrito em 18 de julho de 2018, é feito justamente quando a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO - foi votada na madrugada do dia 11. O movimento técnico administrativo em educação, juntamente com outros setores do serviço público federal, identificou, através de suas entidades representativas, uma derrota dos golpistas. Em que pese a retirada explícita da proibição de aumento nas remunerações dos servidores federais - o que em alguma medida tem uma importância, trabalhar com a ideia de que o Congresso Nacional recuou diante das pressões feitas aos parlamentares pelos ativistas de diversas categorias é bastante perigoso pelo grau de ufanismo que do ponto de vista do processo da luta sindical leva a uma falsa análise.

Basta fazermos alguns exercícios simples de lógica aristotélica. Em primeiro lugar é preciso identificar o período que contextualiza o movimento dos golpistas. O período em curso é eleitoral. As bases golpistas também precisam dialogar com setores do serviço público para

garantir os processos de reeleições. Não por acaso o senador da república Romero Jucá, líder dos golpistas no parlamento, defendeu publicamente a retirada da proibição de aumento remuneratório para o serviço público federal, prevista no texto original. Ele próprio é senador pelo Estado de Roraima, que possui grande contingente de servidores públicos.

Outra questão relevante. Uma lei ordinária, caso da LDO, não pode ferir a constituição que prevê revisão remuneratória dos servidores públicos. Ou seja, a proibição de aumento vinha prenha de inconstitucionalidade. Para além disso, a emenda constitucional 95/2016 já prevê uma proibição baseada em tetos orçamentários. Se assim não fosse, seria muito bom para o movimento, pois garantiria aumento salário baseado no próprio poder de luta das categorias, sem ter que se preocupar com obstáculos institucionais.

Entretanto, em que pese este raciocínio, que vai garantir argumento lógico/eleitoral a diversos golpistas em suas bases,

o movimento conjuntural impõe uma mudança de rota para o movimento. Temos que deixar de “brincar de mobilização” e partirmos para uma luta efetiva. Após a votação da LDO, o passo institucional seguinte é o Executivo apresentar a sua proposta de orçamento. Ora, garantir dotação orçamentária para um suposto aumento salarial em 2019 é de fundamental importância e, baseado no comportamento da base parlamentar golpistas, passa a ser um momento privilegiado de luta, na medida em que estamos falando de um momento pré-eleitoral.

Com base no dito acima, um único desdobramento da luta é possível: **UMA GREVE UNIFICADA, MINIMAMENTE, DAS IFES, EM DIREÇÃO AO SETOR DA SAÚDE.**

*GREVE, esta é a palavra chave do momento. Se verdadeiramente os discursos não são ufanistas, a FASUBRA*



**SINDICATO  
NA LUTA**

## EXPEDIENTE

**ENDEREÇO**  
Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Email: aptafurg@vetorial.net

## COORDENAÇÃO ADM E FINANCEIRA:

Alberto Campos  
Celso Luis Sá Carvalho  
Rafael Missiunas

## COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA

Jorge Mello  
Maria de Lourdes Lose  
Zulema Hernandes

## JORNALISTA RESPONSÁVEL

Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 99458125 marcioliveira2000@yahoo.com.br

## DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO

Editora Casalettras  
contato@casaletras.com.br

## TIRAGEM

1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.



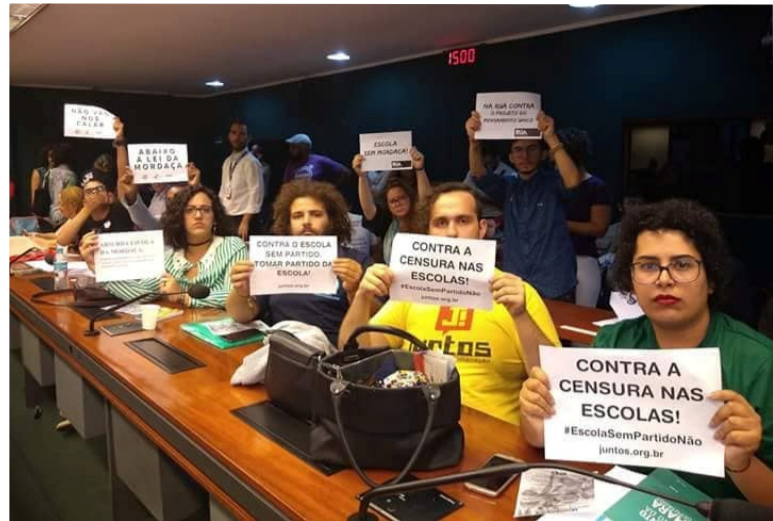
# “ESCOLA SEM MORDAÇA” É TEMA DE REUNIÃO

Nos dias 11 e 12 de julho ocorreu uma reunião da Frente Nacional Escola sem Mordança, em Brasília, na sede do ANDES-SN, com o objetivo de traçar ações contra o andamento do Projeto de Lei Escola Sem Partido, na Câmara dos Deputados.

No dia 11, houve a discussão sobre o andamento do PL 7180/2014 na Comissão Especial Escola sem Partido da Câmara dos Deputados, que seria votado no mesmo dia em caráter conclusivo, sem passar pelo plenário da Câmara, caso fosse aprovado. A partir das 11h, os presentes na reunião se dirigiram à Câmara com o objetivo de acompanhar a votação, conversar com parlamentares, entregar a Carta em Defesa de uma Educação Democrática e protestar contra o PL. Os presentes acompanharam todo o processo que culminou na suspensão da sessão, após a pressão realizada para que a votação não ocorresse.

Já no dia 12, pela manhã, o professor Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense – UFF, fez uma exposição sobre o projeto Escola sem Partido e, em seguida, houve debate. À tarde, foram discutidas as ações a serem realizadas nacionalmente e também nos estados para manter a mobilização contra o PL. Para tanto, avaliou-se que foi fundamental a rearticulação da Frente Nacional Escola sem Mordança nesse momento diante do avanço do projeto na Comissão Especial.

A plenária deliberou pela manutenção das atividades da Frente e a reativação de seu site, além de aprovar a realização de um Seminário Nacional para tratar do Projeto Escola sem Partido e temas relacionados, como ideologia de gênero, reforma do ensino médio, dentre outros, em agosto, em local a ser definido.



## APTAFURG INTEGRA FRENTE DE RESISTÊNCIA À LEI DA MORDAÇA EM SÃO LOURENÇO DO SUL

O Município de São Lourenço do Sul foi o primeiro no Estado a aprovar a lei municipal da “Escola Sem Partido,” texto que tem como objetivo disciplinar a conduta dos trabalhadores em educação, em verdadeira restrição indevida da liberdade de expressão e de ensino. No entendimento de entidades de trabalhadores da educação, não há dúvida de que o projeto aprovado é inconstitucional, tanto em seu aspecto formal quanto em seu aspecto material, por contrariar os preceitos constitucionais. Para lutar contra esse vigoroso

retrocesso foi criada, recentemente, a Frente de Resistência à Lei da Mordança local e estabelecidas estratégias políticas e jurídicas, a começar pelo movimento a favor do veto por parte do Executivo Municipal. Integram a Frente de Resistência trabalhadores em educação e estudantes do Município, APTAFURG, APROFURG, SINTERG, CPERS, SIMPRO, ADUFPEL, PT, ASUFPEL, ADUFPEL, CUT, Cia Teatral Misenscene, Coletivo VOZES, Levante Popular da Juventude, DCE UCPEL, Frente Brasil Popular – FBP, SINASEFE, ANDES-SN, CNTE, IMA, Verde Novo, entre outros coletivos.



## MANIFESTO DE LANÇAMENTO DA FRENTE DE RESISTÊNCIA À ESCOLA COM MORDAÇA

A Frente de Resistência à Escola Com Mordança surge como uma reposta imediata à recente aprovação do PL no 12/2018 – que institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o programa Escola Sem Partido – junto à Câmara de Vereadores de São Lourenço do Sul e que aguarda a sanção ou veto do Prefeito Municipal. Espera-se com este movimento, à exemplo da Frente Nacional Escola Sem Mordança, da Frente Gaúcha Sem Mordança, entre outras já criadas em todo Brasil, a formação de um coletivo plural que seja capaz de impedir a promulgação desta “lei da mordança” e, ainda, promover o debate qualificado e transversal sobre as diversas concepções de ensino que circulam na sociedade.

É de amplo conhecimento a afronta à Constituição Federal, ao Plano Nacional de Educação e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação que este projeto representa. É o princípio fundamental da autonomia docente que vem a ser desafiado a partir de projetos como este. A própria finalidade da Escola, instituição responsável por proporcionar diferentes pontos de vista em busca da construção de um pensamento crítico respeitando o trabalho docente é desafiada, logo que o projeto se ampara em uma suposta neutralidade e na existência de uma educação livre de ideologias. Essa perspectiva é, no mínimo, uma demonstração de ignorância e desconhecimento acerca da sala de aula e da atividade de professores e professoras, acreditando existir um grupo acima do bem e do mal capaz de julgar o posicionamento de docentes nas suas atividades com suposta

neutralidade e acima de ideologias. Este projeto busca impor apenas uma forma de pensar, a partir de padrões dominantes da sociedade mascarados de neutralidade. Causa estranhamento que este projeto não tenha passado por professores e professoras na sua elaboração. Assim, o projeto Escola com Mordança, deliberadamente denominado Escola Sem Partido para induzir ao juízo desvirtuado, se configura como resultado de uma visão fantasiosa da realidade do espaço escolar. Cabe ainda ressaltar que o projeto foi derrotado por ampla maioria no Conselho Municipal de Educação, demonstrando a contrariedade por parte de quem vive a realidade da educação no município de São Lourenço do Sul. Mais que a atividade docente, o que está em jogo é a liberdade e a democracia, por isso a FRENTE DE RESISTÊNCIA À ESCOLA COM MORDAÇA não medirá forças na luta pelo respeito à Constituição Federal, ao Plano Nacional de Educação, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e à democracia em São Lourenço do Sul e em todo país.

Chamamos todas e todos a pressionar o Prefeito Sr. Rudnei Harter a vetar o projeto PL no 12/2018 – Escola com Mordança!

Assinem este manifesto:

CPERS APROFURG ADUFPEL  
APTAFURG APEL SINPRO  
SINTERGASUFPEL CUT CNTE Cia Teatral  
Misenscene Coletivo Vozes em  
Movimento Levante Popular da  
Juventude PT DCE UCPEL FBP  
SINASEFE ANDES-SN IMA Verde Novo



# FASUBRA NA LUTA PARA GARANTIR OS DIREITOS DOS SERVIDORES NA LDO



Uma grande vitória para os servidores públicos federais, visto o cenário de Golpe que o Brasil vive, pode ser destacada com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, em que foi derrubada a proibição de reajustes para servidores públicos para o ano que vem.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é a base utilizada pelo governo para elaborar a proposta de Orçamento da União para 2019, que será enviada ao Congresso até o fim de agosto.

A FASUBRA teve grande importância na atuação no convencimento dos deputados e senadores para evitar que a LDO fosse aprovada conforme a proposta do relator, Senador Dalírio Berber – PSDB-SC. “A FASUBRA esteve reunida com diversos deputados e senadores para demonstrar que o Art. 92-A não podia constar no projeto de Lei da LDO, uma vez que trazia o congelamento de salários e a proibição de realizações de concursos públicos. Graças a um destaque do Deputado Federal Paulo Pimenta – PT-RS, conseguimos retirar esse

artigo da LDO. Outra conquista foi a retirada do Art. 15, III, que previa a diminuição da verba de custeio das instituições federais em 10%, o que prejudicaria todos os serviços públicos. Saúde e Educação devem ser prioridade de qualquer governo”, destacou o coordenador da APTAFURG, Rafael Missiunas, que estava no plantão da FASUBRA, em Brasília e que participou das atividades junto ao Congresso Nacional.

Rafael Missiunas, ainda defendeu: “Foi uma grande vitória dos servidores públicos federais, mas a luta não pode parar, a seguir virá a batalha para que a Lei Orçamentária Anual – LOA, não contenha dispositivos semelhantes a esses da LDO. Temos que seguir a luta para a derrubada da Emenda Constitucional 95 que traz o congelamento dos orçamentos da União por 20 anos. Ainda temos que pressionar o STF para que coloque em pauta o processo que versa sobre a Data-base para o funcionalismo público. Seguiremos na luta para que esse governo golpista respeite os direitos dos servidores das universidades e institutos federais”.





## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO, PLANO DE SAÚDE E AS AVALIAÇÕES DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE SÃO TEMAS DE REUNIÃO COM A PROGEP

A direção da APTAFURG reuniu-se no último dia 28 de junho, com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, da FURG afim de discutir algumas questões relacionadas ao Hospital Universitário, Plano de Saúde e as avaliações de insalubridade e periculosidade.

Estiveram presentes a Pró-Reitora, Lucia Anello e os coordenadores da APTAFURG, Ana Furlong, Celso Carvalho, Berenice Barcellos, Gino Pohlmann e Nilson Marques.

Na reunião foi abordada a questão da garantia de folgas para os trabalhadores do HU, referentes aos dias de pontos facultativos. A PROGEP informou que está cumprindo o acordo firmado em 2017, em que garante as folgas referentes aos dias trabalhados em pontos facultativos que estejam dentro da programação do Calendário Acadêmico e que situações específicas serão sempre discutidas.

Outro ponto debatido foi sobre a continuidade do contrato com a UNIMED Segundo a Pró-Reitora, a FURG manterá o convênio e a renovação levou em consideração diversos pontos do

serviço do convênio.

Outro assunto que discutido foi sobre os processos de avaliação de insalubridade/periculosidade. A PROGEP tem o entendimento de que, para além da garantia aos danos à saúde e exposições a riscos, sejam ressarcidos ao trabalhador, a FURG tem urgência em estabelecer uma Política institucional de Prevenção a estes cenários. “Com este compromisso em mente, seguiremos o diálogo para que o sindicato participe da construção desta política”, afirmou a coordenadora do Sindicato, Ana Furlong.

Segundo ainda a Pró-Reitora, estão sendo analisados setores e a partir deles a PROGEP pretende construir uma rede de parâmetros e indicadores específicos para a definição da insalubridade/periculosidade nos diferentes ambientes de trabalho da FURG.



## GT MULHERES APTAFURG – UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA



Aconteceu no último dia 20 de junho a primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres da APTAFURG. A proposta do GT é constituir-se como um espaço de protagonismo feminino na elaboração de uma agenda formativa, afetuosa e solidária que amplie o debate da causa feminista para a totalidade da sociedade.

A agenda das reuniões está sendo organizada de forma que seja itinerante, em que as reuniões se realizem de forma a contemplar as trabalhadoras do Hospital Universitário, IFRS e os campi de Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul e Santo Antônio da Patrulha. O GT se reunirá ordinariamente, todas as terças-feiras, às 16:30, na sede da APTAFURG e são abertas a todas as mulheres da categoria que queiram somar-se ao movimento.

Destas reuniões, serão construídas as propostas de intervenção e ampliação do debate

com a comunidade.

Segundo as integrantes do GT, para além das questões formativas, o grupo está discutindo a realização de momentos de integração artístico-cultural, na perspectiva da economia solidária, apontando para a construção de um outro mundo possível.

O GT é aberto a todas as mulheres interessadas em participar e, também, todos os públicos, numa perspectiva progressista e não sectária do debate da opressão feminina.

Foram elencados uma série de livros, artigos e temas que serão disponibilizados à comunidade para que se tenha base para o debate sobre os diversos temas abordados nas próximas reuniões, como por exemplo: o direito ao corpo, as violências, a Lei Maria da Penha, os Movimento feminista, as origens do patriarcado, entre tantos a serem abordados.



## Escritores de Solidões

# Quinta

PAULA



Paula é mergulhona, Oceanóloga e mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Encontrou na literatura um caminho de resistência e expressão para lidar com as durezas da vida. Participa dos Escritores de Quinta e da Sociedade dos Poetas Papareias.

Julietta estende o braço até a mesa de cabeceira e com os olhos ainda fechados tateia o telefone celular preso ao carregador de bateria, sem enxergar direito desliza o dedo sobre a tela, mais 5 minutos de sono. O alarme soa de novo, desta vez os olhos se abrem para as 35 notificações. 4 conversas 27 mensagens no Whatsapp, 3 marcações em posts do Facebook, 2 conversas no Messenger, 2 crushs no Happn e uma mensagem nova no Tinder. Bom dia Mundo! 15 minutos depois, atrasada, Julieta levanta correndo, toma um banho rápido, coloca a roupa separada na noite anterior, fecha a mochila e corre até a parada. Meio segundo e o ônibus passa. Senta no antepenúltimo banco, do lado do corredor, coloca o fone de ouvido e repousa com as descobertas da semana disponíveis no Spotify. A velhinha sobe, a criança chora, o homem leva uma bofetada na cara por tocar as pernas nuas da moça e Julieta só abre os olhos na penúltima parada antes da praça, onde salta. Do fone já não sai mais música, mas a voz do chefe, colocando prazo para as tarefas do dia. Atravessa na faixa com o sinal fechado prometendo cumprir o solicitado, se quer escuta os xingamentos do motorista ao desviar seu caminho. Passa na padaria,

pega uma empada folhada de palmito e uma coca-cola. Do tchau e do obrigada nem escuta a resposta, segue na ligação. Chega no escritório, tira o fone, bate o ponto, deseja bom dia, e só escuta vozes falando ao telefone. No tempo de ligar o computador responde que lasanha de brócolis é seu prato preferido para o gatinho do Tinder, mesmo sabendo ser quase impossível receber um convite para jantar. Enquanto elabora o relatório da última inspeção ao frigorífico, combina o encontro anual com as amigas de escola, o jantar na casa da avó no próximo domingo e descobre a traição do namorado da ex melhor amiga. Recebe outro telefonema do chefe, cobrando o relatório cujo prazo é o final do dia. A dor que Julieta vinha sentindo na última semana se intensifica, doe a cabeça, doe o pescoço, doem os braços. Julieta corre contra o tempo, silencia as conversas no Whats, pausa o Tinder e o Happn, suporta o desejo quase incontrolável de verificar as atualizações do Facebook e termina o relatório às 16h. Já sem o efeito do paracetamol Julieta segue o conselho da mãe e busca o pronto atendimento do plano de saúde. Preocupada, descreve todos os sintomas no Google preparando-se para a conversa com o médico. Cefaleia, meningite, enxaqueca... Julieta, acompanhada de um

taquicardia tem seu número chamado. Tentada entre o médico e a fuga pela porta de saída, baixa a cabeça e segue em direção ao consultório. Após meia hora de perguntas e meias repostas, se percebe sedentária, sem postura, mal hábitos alimentares, poucas horas de sono e distantes alegrias. Depois de algumas quadras caminhadas e muitos pensamentos cruzados tira o telefone da mochila para falar com a mãe, sem ter em conta a hora e a esquina escura, seu telefone é levado pelo rapaz de capuz com a faca escondida no casaco. Julieta não chora, nem sorri, apenas quer chegar em casa. Sobe no ônibus, senta no penúltimo banco, no caminho cede o lugar para a velhinha cheia de sacolas, oferece uma bala para a criança que chora e avisa ao cobrador do senhor mal intencionado com a menina da frente. Salta, caminha três longas quadras, um pingo cai na sua cabeça, não é gota de chuva, olha o céu cheio de estrelas, tantas estrelas como há tempos não vê. E brilham muito. Chega em casa, toma um banho, deita na cama vazia. Sozinha. Sem mensagens, sem notificações, sem crushs... Olha para o lustre do quarto, girando com luzes coloridas. Perde alguns minutos. Desliga a luz e dorme. Sonha como há tempos não fazia.



## APTAFURG PARTICIPA DA POSSE DA NOVA DIREÇÃO DA ASUFPEL

A nova direção da ASSUFPEL tomou posse no dia 8 de junho com uma comemoração junto à categoria no salão social do Sindicato.

Os coordenadores da APTAFURG: Denise Giesta, Graça Amaral e Rafael Missiunas estiveram presentes na cerimônia.

O coordenador da APTAFURG, Rafael Missiunas, destacou a importância da vitória do campo cutista no pleito. “É importante

essa vitória da Chapa Cutista - Tribo/Unir da ASUFPEL, pois todos os companheiros estão de parabéns pelo excelente trabalho em defesa dos servidores que o sindicato vem desempenhando, e mais uma vez a categoria reconheceu com uma vitória esmagadora na eleição”.

A chapa “Uma História de Lutas conquistou” 80% dos votos da eleição e coordenará a ASUFPEL durante biênio 2018/2019.

## FASUBRA REALIZA A POSSE DE NOVOS COORDENADORES GAÚCHOS

A nova composição da Direção Nacional FASUBRA possui representantes cutistas gaúchos: Rafael Missiunas - APTAFURG, Maria Tereza Fujii - ASUFPEL, Angelita Amaral - ASSUFSM e Márcia Abreu - SINTFUB, todos da Chapa - Unidade, Resistência e Luta - UNIR. A posse dos novos coordenadores ocorreu no dia 15 de junho, durante a Plenária Nacional da Federação.

Segundo o coordenador Rafael Missiunas durante o CONFASUBRA o campo

progressista saiu vencedor e terá a maioria da direção da FASUBRA durante o período 2018/2021. “A tarefa agora é buscar a unidade e lutar em prol dos interesses dos servidores das universidades e institutos federais, como as 30h para todos, os reajustes salariais e a defesa da carreira. Também precisamos resistir aos ataques desse governo golpista e lutar para resgatar a democracia em nosso país”, finalizou o coordenador.



Na foto, os coordenadores da APTAFURG: Denise Giesta, Graça Amaral e Rafael Missiunas; as coordenadoras gerais da ASUFPEL Maria Tereza Fujii e Eugênia Antunes Dias, e os coordenadores Ari Carre e João Carlos Hirdes.



Legenda da foto: Na foto, os novos diretores: Márcia Abreu - SINTFUB, Angelita Amaral - ASSUFSM, Maria Tereza Fujii - ASUFPEL e Rafael Missiunas - APTAFURG; Misiara Oliveira, assessoria do Deputado Paulo Pimenta - PT/RS e a delegada do UNIR/APTAFURG: Neide Cunha.

# PORTARIA AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Uma portaria publicada no último dia, 4 de julho, no Diário Oficial da União, permite que o Ministério do Planejamento faça o remanejamento de servidores federais sem a autorização da instituição de origem. Isso atinge 1,18 milhão de pessoas. Há até o risco de o funcionário ser obrigado a mudar de cidade.

Pelas regras atuais, o funcionário público muda de local de trabalho quando tem proposta para assumir cargo comissionado, e a transferência depende de anuência do órgão de origem.

Diversos sindicatos acionaram as a

assessorias jurídicas para averiguar essa situação e a resposta é a mesma: a cessão compulsória não pode ocorrer sem a concordância da universidade e do trabalhador, o que certamente irá gerar muitas ações judiciais.

O Ministério do Planejamento alega que a portaria reduzirá a necessidade de novas contratações por concursos públicos. No entanto, a medida poderá provocar um esvaziamento de empresas ou órgãos públicos, aumentar a terceirização e também não resolverá o problema de vagas desocupadas. É mais uma do governo golpista contra o serviço público e o servidor.





# INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E SEUS NÃO DITOS

**LUIS MAHIN REIS DOMINGUES**

*Bacharel em História*

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.*

*Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais .*

*Capítulo I – Dos Direitos Individuais e Coletivos.*

*Art. 5º Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.*

*Inciso VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;*

Isto posto e considerando-se que nada está acima desta Constituição Cidadã, por origem e finalidade, como compreender e explicar os recorrentes episódios de intolerância religiosa? Não esquecendo que esta intolerância religiosa é praticada, especificamente, contra praticantes e ou seguidores do Candomblé e da Umbanda. Ora, este fato por si só, é extremamente eloquente quando através dele podemos, de modo muito sutil, verificar o Racismo latente em nossa sociedade, desde a formação da nação brasileira.

*"Um dos fatores ao qual é atribuído o desenvolvimento do Candomblé é a necessidade que uma parcela dos grupos negros sentiram de reelaborar sua identidade social e religiosa, mediante a difícil condição que a escravidão, e mais tarde o desamparo social, infligiu-lhes,*

*permanecendo como referência às matrizes religiosas, cujos Terreiros desempenharam o papel de uma nova África reinventada no Brasil (Silva, 2005)".*

Para esta reflexão, aprofundamos as leituras com as quais buscamos comprovar nossa argumentação. Na primeira metade do século XIX, aproximadamente, seria fundada a primeira casa de Candomblé. Coincidentemente, é neste mesmo período que o espiritismo daria seus primeiros passos no Brasil, mais especificamente na Província da Bahia. As narrativas da história do tempo presente no que tange a diversidade religiosa no país, no entanto, não apresentam registros de violência contra esta prática de origem europeia.

No entanto, no que tange todo e qualquer tipo de manifestação cultural não alinhada à matriz judaico-cristã, o que se pode verificar são diversas manifestações de

intolerância. Ainda no Brasil colônia, estas manifestações sofreram perseguições praticadas pelo Santo Ofício; o Calundu (nome que antecede Candomblé) é exemplo disto. Seus praticantes eram considerados, desde arruaceiros até sujeitos diabólicos. Não foi exceção, também, a capoeira que rechaçada pela elite, logo seus adeptos seriam penalizados posto ser a mesma uma prática de vadios.

Partindo da premissa que, inclusive a igreja cultua e dialoga com "espíritos" (Jesus Cristo e toda a Corte Celestial), estendendo este fenômeno à todas denominações cristãs praticadas atualmente, como explicar os crimes de intolerância religiosa praticados contra Terreiros, que não motivados pela origem étnica de seus praticantes?

O Racismo é velado e respaldado pelo Estado que mesmo diante de tantos crimes, os trata enquanto Injúria Racial ou nem isto.